

2.º e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 67/87/M, de 26 de Outubro, conjugada com os artigos 42.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto, a fim de exercer funções de técnico agregado do Gabinete do Governador de Macau.

Gabinete do Governador, em Macau, aos 29 de Maio de 1989. — O Chefe do Gabinete, *Miguel Sacadura dos Santos*.

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS

Despacho n.º 214/SAAE/89

Tendo a sociedade, Fábrica de Artigos de Papel Ao Wen, Limitada, requerido fosse autorizada a admitir 25 trabalhadores não-residentes, nos termos do disposto sob o n.º 3 do Despacho n.º 12/GM/88, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 1 de Fevereiro;

Verificando-se, após instrução do respectivo processo com os pareceres do Gabinete para os Assuntos de Trabalho e da Direcção dos Serviços de Economia, que:

a) Não há disponibilidade de mão-de-obra residente capaz de satisfazer a totalidade das necessidades de trabalho a realizar;

b) O nível salarial praticado, relativamente aos trabalhadores residentes, pode considerar-se compatível com os valores praticados no Território;

c) A importação adicional de mão-de-obra, dentro de limites determinados, não prejudica a proporção entre trabalhadores residentes e trabalhadores não-residentes que se julga aceitável no sector;

d) A requerente tem cumprido as obrigações legais para com os trabalhadores residentes, decorrentes dos contratos de trabalho celebrados;

e) O volume de produção esperado e as expectativas da sua colocação no mercado justificam a admissão de mão-de-obra não-residente;

f) A requerente tem vindo a proceder a melhoramentos tecnológicos aceitáveis, pelo que a admissão de mão-de-obra não-residente não é impeditiva da introdução de novas tecnologias;

g) O potencial produtivo da requerente encontra-se desaproveitado por falta de mão-de-obra e a sua actividade enquadra-se na política do Governo de diversificação industrial;

No exercício dos poderes a que se refere o n.º 17 do Despacho n.º 12/GM/88, de 1 de Fevereiro:

1.º Autorizo a contratação de até 15 (quinze) trabalhadores não-residentes, segundo o regime do Despacho n.º 12/GM/88, de 1 de Fevereiro, devendo a requerente apresentar contrato de prestação de serviços com a entidade habilitada como fornecedora de mão-de-obra não-residente, nos termos da alínea c) do n.º 9 do citado despacho.

2.º A autorização poderá ser revista no prazo de seis meses, a requerimento da interessada, de acordo com a evolução do mercado de trabalho então verificada e as demais circunstâncias julgadas atendíveis.

3.º A autorização é concedida a título precário, podendo ser cancelada a todo o tempo, caso em que o pessoal será dispensado à entidade recrutadora no prazo de 15 dias.

4.º A concessão de autorização implica a sujeição da interessada à fiscalização regular do Gabinete para os Assuntos de Trabalho, no que respeita ao cumprimento das suas obrigações para com os trabalhadores residentes, bem como a uma conduta compatível com as legítimas expectativas destes, determinando a correlativa falta ou inobservância o cancelamento da mesma, nos termos previstos no número anterior.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Assuntos Económicos, em Macau, aos 23 de Maio de 1989. — O Secretário-Adjunto, *António A. Galhardo Simões*.

Despacho n.º 215/SAAE/89

A sociedade, Fábrica de Produtos Naturais Berlartes, Limitada, foi autorizada por Despacho n.º 171/SAAE/89, de 24 de Abril, a contratar de até 30 (trinta) trabalhadores não-residentes, segundo o regime do Despacho n.º 12/GM/88, de 1 de Fevereiro.

Tendo a requerente solicitado a reapreciação do pedido inicial, dadas as duas unidades fabris de que é proprietária se encontrarem desaproveitadas devido a falta de mão-de-obra, facto que lhe não permite responder, em tempo útil, às encomendas em carteira;

Verificando-se, após reconsideração do respectivo processo, que, além dos considerandos já retidos no Despacho n.º 171/SAAE/89, de 24 de Abril, acima citado:

a) A requerente dispõe de instalações amplas e de equipamentos fabris modernos, ambos desaproveitados apenas por falta de mão-de-obra disponível no mercado;

b) As encomendas em carteira permitiriam o uso desses factores de produção disponíveis, desde que apenas complementados pelos recursos de mão-de-obra para tal necessários;

c) A actividade da requerente insere-se num sector exportador não tradicional, contribuindo assim de modo significativo para a diversificação da base industrial do Território e, consequentemente, para a consecução de objectivos de política económica acolhidos nas linhas de acção governativa;

d) A requerente tem prosseguido uma política salarial adequada para com os trabalhadores residentes, observando correctamente as suas obrigações legais para com eles;

e) A actividade desenvolvida exige preparação específica dos trabalhadores, propondo-se a requerente prestá-la, o que acrescenta aos objectivos de formação profissional que se têm por desejáveis;

No exercício dos poderes a que se refere o n.º 17 do Despacho n.º 12/GM/88, de 1 de Fevereiro:

1.º Autorizo a contratação de até mais 60 (sessenta) trabalhadores não-residentes, segundo o regime do Despacho n.º 12/GM/88, de 1 de Fevereiro, devendo a requerente apresentar contrato de prestação de serviços com a entidade habilitada como fornecedora de mão-de-obra não-residente, nos termos da alínea c) do n.º 9 do citado despacho.